

# SISEJUFE FIQUE POR DENTRO

## Sisejufe realiza debate sobre Educação Inclusiva

O auditório do Sisejufe será palco, na terça-feira, 31 de maio, de uma grande atividade para discutir a Educação Inclusiva e a atual situação do Instituto Benjamin Constant (IBC) e do Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines) na sociedade brasileira. O Núcleo de Pessoas com Deficiência do sindicato realiza, às 19h, o “Debate sobre Educação Inclusiva e a situação do Instituto Benjamin Constant e o Instituto Nacional de Educação de Surdos no cenário brasileiro”. O evento também dará prosseguimento à luta, iniciada em meados de março, logo após o anúncio da proposta do Ministério da Educação de fechar o IBC e o Ines. O objetivo do encontro é analisar e discutir democraticamente quais as reais intenções do governo em relação aos dois institutos. Vão participar do debate, representantes do ministério, a chefe de gabinete do IBC Maria da Glória Almeida, entre outros. O debate conta com apoio da Associação de Ex-Alunos do IBC. O auditório do sindicato fica na Avenida Presidente Vargas 509, no 11º andar, no Centro do Rio.

“Será uma ótima oportunidade de analisarmos o que realmente pretende o Ministério da Educação e sabermos como é de fato o ensino já ministrado por uma instituição de educação especializada, como o IBC”, avalia Ricardo de Azevedo Soares, diretor do Sisejufe, coordenador do Núcleo de Pessoas com Deficiência do sindicato e responsável pela organização do debate.

A mobilização da comunidade do IBC e do Ines é um resposta

à ameaça de fechamento das duas instituições centenárias. Desde que a diretora de Política de Educação Especial do MEC, Martinha Clarete, declarou que a partir de 2012 não haveria mais matrículas novas nos institutos, professores, servidores, alunos, pais de alunos, ex-alunos e membros da sociedade civil se juntaram para evitar a concretização dessa que tem sido considerada uma decisão absurda. Mesmo após várias manifestações (leia a matéria no verso), cobertura na grande imprensa, as associações continuam até hoje em busca de uma posição mais clara e objetiva do ministro da Educação, Fernando Haddad, sobre o tema.

“Houve uma reunião no MEC entre as direções do IBC, Ines e Colégio Pedro II com o ministro Haddad e a secretária de Educação Especial Cláudia Pereira Dutra logo após as declarações de Martinha Clarete. O ministro disse à época, que as coisas não eram exatamente daquele jeito que a Martinha havia informado, mas também não garantiu a real manutenção das atividades escolares naqueles institutos. Uma dupla matrícula foi proposta pelo ministro como solução para a questão, o que é totalmente inviável para toda e qualquer criança, sendo ela deficiente ou não”, ponderou o diretor do Sisejufe Ricardo de Azevedo Soares.

Para o coordenador do Núcleo de Pessoas com Deficiência, “é inimaginável, mesmo surreal, vislumbrarmos uma criança cega tendo que ser levada para estudar no Colégio Pedro II e depois, num outro período, estudar no IBC as mesmas matérias, além de outras atividades relativas à vida diária

de uma criança com deficiência”.

Os diretores do Sisejufe Dulavim de Oliveira Lima Júnior e Ricardo de Azevedo Soares, ex-alunos do IBC, estão à frente dessa luta. Eles lembram que não é de agora que os institutos sofrem ameaças. Desde a década de oitenta há verdadeiros ataques ao funcionamento pleno das entidades. “Digamos que são ameaças sazonais”, afirma Ricardo.

Para os diretores sindicais, atualmente os defensores da chamada Educação Inclusiva são os que mais atacam o modelo ministrado no IBC e Ines, dizendo que nessas instituições há segregação e não inclusão das pessoas com deficiência na sociedade. Os representantes sindicais contestam e dizem que quem faz tais afirmações não conhece verdadeiramente o trabalho de excelência que é realizado nas instituições especializadas. “Trata-se de um trabalho de verdadeira inclusão, de educação inclusiva de qualidade e responsável. Educação inclusiva tem que ser feita com responsabilidade, por envolver pessoas e formação de cidadãos”.

Dulavim e Ricardo lembram que o primeiro deficiente visual a ingressar numa universidade na década de 50 estudou no IBC. Hoje há músicos, advogados, procuradores federais, defensores públicos, professores, uma série de servidores em geral, além de profissionais nas mais variadas carreiras, todos egressos do Instituto Benjamin Constant. “Isso é inclusão de verdade ou não?”, questionam.

# Protesto reúne 300 pessoas contra proposta de fechar institutos

**Com apoio da Associação dos Ex-Alunos do IBC e do Sisejufe, manifestantes interrompem trânsito na Urca**

Manifestação com mais de 300 pessoas em frente ao Instituto Benjamin Constant (IBC), na Urca, realizada dia 11 de abril, demonstrou o grau de disposição e de insatisfação de pais, alunos e ex-alunos contra a proposta do Ministério da Educação de fechar o IBC e o Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines), em Laranjeiras. Os manifestantes interromperam parte de uma das pistas da Avenida Pasteur, provocando engarrafamentos da região até o bairro de Copacabana. A atividade teve apoio do Núcleo de Pessoas com Deficiência do Sisejufe e da Associação de Ex-Alunos do IBC, entre outras entidades.

Com faixas, cartazes e discursos ao carro de som, os participantes chamaram a atenção da população para o problema: a ameaça de fechamento do IBC e a proposta do Ministério da Educação para que os alunos deficientes visuais sejam matriculados também em unidades de ensino das redes públicas, como o Colégio Pedro II.

Os manifestantes rejeitaram o argumento do governo de que desta forma estaria promovendo a inclusão social. Muitas mães e responsáveis de alunos questionaram a capacidade das outras redes de receber os deficientes visuais, como tem o IBC com salas especializadas em movimento espacial, musicoterapia, prática de esportes entre outras atividades.

Os participantes lembraram que inclusão social não se faz acabando com instituição de mais de 100 anos, como o IBC. Para Ricardo de

Azevedo Soares, coordenador do Núcleo das Pessoas com Deficiência do Sisejufe, educação inclusiva deve ser feita com responsabilidade. "Não da maneira irresponsável que estão querendo nos empurrar goela abaixo. Tal inclusão já é realizada plenamente pelo Instituto quando se coloca no mercado de trabalho e na rede regular de ensino de nível médio, pessoas extremamente capacitadas. Há várias maneiras de se acabar com o que é feito neste colégio e o ministério não vai acabar com o ensino da noite para o dia.

"Temos que nos manter coesos e mobilizados, pois nossa luta não termina aqui neste ato e ela ainda será muito dura e muito difícil. Ser democrático é dar a opção de escolha à família de qual educação se deseja para seus filhos e para isso a Convenção Internacional sobre Direitos das Pessoas com Deficiência, a qual o Brasil é signatário, e tem força de Constituição, já prevê", defende o diretor sindical.

O IBC é o primeiro educandário de pessoas com deficiência visual na América Latina e o segundo no mundo, perdendo apenas para o Instituto Auri, na França, precursor na educação especializada de cegos e de onde saíram inúmeros deficientes capacitados para enfrentar os desafios da vida, sem qualquer tipo de segregação. O IBC é referência no ensino de pessoas cegas no Brasil e por que não dizer, no mundo.

"Não podemos de maneira irresponsável jogar e abandonar à própria sorte as nossas crianças com deficiência nas escolas convencionais, já não preparadas nem para o ensino de crianças ditas normais, sem qualquer deficiência. Vivemos no Brasil tempos difíceis em nosso sistema de ensino com escolas caindo aos pedaços, com professores mal preparados e com escasso recurso técnico. Então, como fazer bem uma educação inclusiva e que atenda necessariamente os anseios dos pais que desejam dar a seus filhos uma educação de qualidade?", questiona Dulavim de Oliveira Lima Júnior, também diretor do Sisejufe e membro do Núcleo de Pessoas com Deficiência do sindicato.

## **Núcleo de Pessoas com Deficiência do Sisejufe está em atividade desde 2002**

O Sisejufe possui há pelo menos nove anos um núcleo específico para cuidar das questões relativas aos servidores Judiciário Federal do Rio com deficiência. O setor se reúne com frequência mensal na sede do sindicato, sempre na última quinta-feira de cada mês. Fazem

parte do colegiado os diretores do Sisejufe Dulavim de Oliveira Lima Jr., Vera Lúcia Pinheiro dos Santos e Ricardo de Azevedo Soares, sendo este último o atual coordenador. Dulavim e Ricardo são servidores com deficiência visual da Justiça Federal do Rio de Janeiro.